

# **Brasil: a voz dos donos e outras vozes**

*Brazil: the voice of the owners and other voices*

**Heloisa Paulo**

Universidade do Porto / CITCEM  
Heloisapaulo25@gmail.com  
ORCID ID: 0000-0002-9990-088X

**Resumo:** O Brasil foi o destino de uma grande parte da emigração portuguesa no século XX. Os jornais da colônia possibilitam aos seus leitores o contacto com a terra natal através de notícias locais e evocações culturais. No entanto, os periódicos serviam também de veículos de propaganda política, defendendo os posicionamentos políticos daqueles que representavam, mas sobretudo espelhavam a diretriz política dos governos portugueses. A partir do advento da ditadura militar e do Estado Novo, os jornais se colocam como porta-vozes do regime ditatorial, divulgando abertamente o ideal salazarista. No sentido oposto, exilados e emigrados políticos publicam novos periódicos onde é dado espaço para as vozes dissonantes do regime. Nos dois casos, vemos os periódicos brasileiros assumirem também posições de apoio e defesa dos ideais políticos ali espelhados. A caracterização desses periódicos, das redes estabelecidas com a imprensa brasileira e da ingerência do regime salazarista nestes jornais são aqui objetos de análise.

**Palavras-chave:** imprensa; jornalismo; propaganda; oposição; exílio; Brasil.

**Abstract:** *Brazil was the destination of a large part of Portuguese emigration in the 20th century. The colony's newspapers allow their readers to get in touch with their homeland through local news and cultural evocations. However, the periodicals also served as vehicles for political propaganda, defending the political positions of those they represented, but above all they mirrored the political guidelines of the Portuguese governments. With the military dictatorship and the Estado Novo, newspapers became spokesmen for the dictatorial regime, openly spreading the Salazarist ideal. In the opposite direction, political exiles and emigrants publish new journals where space is given to the regime's dissonant voices. In both cases, we see Brazilian periodicals also taking positions of support and defense of the political ideals reflected there. The characterization of these journals, the networks established with the Brazilian press and the interference of the Salazar regime in these newspapers are objects of analysis here.*

**Keywords:** *press; journalism; propaganda; opposition; exile; Brazil.*

## 1. A voz do dono: falar sobre o que e sobre quem

O termo “patrício” é usado pela colônia portuguesa do Brasil como um sinal de identidade étnica, designando aquele que, como português, participa da comunidade imigrante ou se encontra de passagem pelo país. Os “patrícios” estão um pouco por toda a parte no Brasil, mas a sua grande maioria está concentrada nos centros urbanos, nomeadamente no Rio de Janeiro, a capital do país até 1960, daí o centro da nossa análise estar fixado nesta cidade. Apesar da proximidade cultural e da língua comum, os portugueses constituem um dos grupos de emigrantes mais fechados no Brasil. É comum nesta colônia de emigrantes a endogamia, com parceiros vindos da “terra”, ou ainda, a preferência pelos casamentos com os filhos, já brasileiros”, dos “patrícios” mais chegado. Da mesma forma, os patrões portugueses dão preferência a empregados da mesma nacionalidade, procurando-os, muitas das vezes, entre os recém-chegados aos portos das grandes cidades brasileiras, apesar das restrições impostas pela legislação brasileira (Paulo, 2019, p. 95 e ss.).

Nesse contexto, os periódicos são instrumentos de coesão para estas comunidades emigradas. Os mais antigos remontam ao século XIX como o *Paquete de Portugal*, datado de 1833, e a *União Portuguesa*, de 1899, ambos publicados no Rio de Janeiro. No entanto,

a nossa análise estará centralizada apenas nos jornais que circularam a partir de 1930.

No período considerado, estes ganham força e tornam-se “obrigatórios” nos estabelecimentos e casas de portugueses para serem lidos ou, ainda, “ouvidos” por aqueles que não sabem “as letras”. Nas suas páginas podemos ver notícias sobre Portugal e a colónia, informações sobre os espetáculos teatrais das companhias vindas de Lisboa, o horário das sessões de cinema com filmes e documentários portugueses, a programação lusitana na rádio, e, após 1950, na televisão. Temos ainda acontecimentos do quotidiano dos emigrantes, os mais importantes na colónia ganham espaço nas “colunas sociais”, através das felicitações aos aniversários, às formaturas, aos casamentos, aos batizados, às viagens a Portugal e, quase todos são reverenciados no caso de falecimentos, quer na terra natal ou no Brasil, pelas notas fúnebres e as manifestações de solidariedade dos “patrícios”. Mantidos pelos anúncios das casas comerciais da colónia, estes veículos de comunicação retratam a vida social local e apresentam uma visão bem específica dos acontecimentos em Portugal, na maior parte dos casos fruto da postura política que adotam.

Entre 1910 e 1926, a grande maioria dos periódicos assume o discurso republicano, contando para isto com a colaboração de fervorosos adeptos da República. É o caso do *Jornal Português*, fundado no Rio de Janeiro, em 1918, pelo jornalista Eugénio Martins, membro de duas renomadas associações republicanas naquela cidade. Alguns deles, como o *Portugal Ilustrado*, seguem a influência republicana do seu diretor, no caso Teófilo Carinhas. No entanto, este periódico conta com a participação de elementos dos mais diversos matizes políticos, como Rui Chianca, um ativo militante das lides monárquicas de 1917 e 1919.

No início da década de trinta, alguns dos jornais mais antigos procuram manter uma aparente neutralidade com relação ao regime. É o caso do *Jornal Português*, fundado em Junho de 1918, pelo jornalista emigrado Corrêa Varela. Possuindo correspondentes em Lisboa e no estado de São Paulo, o jornal apresenta uma coluna com comentários dos acontecimentos de Portugal e das colónias. Além disto, trata das atividades das colónias portuguesas no Rio de Janeiro e São Paulo. Desaparece de circulação por volta de Dezembro de 1933, não assumindo, até então, qualquer tipo de discurso pró-regime.

Outras publicações já passam a representar na sua diretriz o ideal defendido por muitos dos seus colaboradores, como é o caso da *Revista Portuguesa*, fundada em 1930 por Ricardo Severo e da qual participam combatentes do Revirinho como João Sarmiento Pimentel. Durante toda a década, enquanto a legislação brasileira o permitir, teremos periódicos favoráveis e contrários ao regime de Lisboa lutando para conseguir a adesão política dos seus leitores.

## 2. Informação e Propaganda: quando a segunda é mais eficaz que a primeira

De facto, a implantação formal do Estado Novo em Portugal vai provocar uma mudança no panorama da imprensa portuguesa no Brasil. Enquanto os periódicos republicanos haviam iniciado o seu “combate” contra o regime no período imediatamente após o 28 de Maio, a institucionalização em definitivo do regime ditatorial salazarista ganha protagonismo e defensores no meio jornalístico da colónia, agora representada pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil. Este organismo, criado em 1932, se apresenta como o único porta-voz oficial dos emigrantes e adota de imediato a simbologia e os ideais fascistas vigentes em território português. Assim sendo, os campos políticos passam a ser definidos com maior clareza.

A *Pátria Portuguesa*, um semanário, é um dos primeiros periódicos a tomar para si a tarefa de defesa e apoio do regime ditatorial entre os núcleos emigrantes. Este jornal havia sido criado em 1925 pelos jornalistas Crisóstomo Cruz, o mesmo Corrêa Varela e Joaquim Campos, com o capital inicial fornecido por um comerciante português fixado no Rio de Janeiro, Lourenço Teixeira. A partir de 1930 e até 1934, apresentando nas suas primeiras páginas o lema “Pela Pátria, Pela Tradição, Pela Raça”, realiza uma prática discursiva que, gradativamente é encaminhada para a defesa dos ideais salazaristas.

Em Dezembro de 1932, os seus responsáveis apostam num outro periódico, o *Diário Português*, que circulando durante a semana, com o tempo, substituiria a *Pátria Portuguesa*, mantendo desta última o seu lema. Os dois jornais chegam mesmo a circular em conjunto. No entanto, em 1936, uma cisão entre os seus diretores, Dr. Mário Moreira Fabião e Henrique Ferreira Lopes, e o fundador do jornal Crisóstomo Cruz, levam o afastamento deste último do periódico. Surge então a *Voz de Portugal*, o verdadeiro arauto do salazarismo no Brasil.

A proposta da *Voz de Portugal*, expressa no seu primeiro editorial, é ser uma “expressão totalitária da Pátria distante”<sup>1</sup>, revelando no seu lema, impresso sempre ao cimo da primeira página, os traços da ideologia que postula: “Pela Pátria de Ontem, de Hoje e de Amanhã”. A sua atuação na promoção e divulgação do salazarismo, quer pelos seus editoriais quer pelo incentivo à realização das mais diversas manifestações de apoio ao governo de Salazar, valeu a Crisóstomo Cruz, o seu diretor, uma comenda do Estado Português e diversos contactos pessoais com o Presidente do Conselho.

No entanto, neste período, é preciso assinalar a existência de outros periódicos que recebem patrocínio das autoridades diplomáticas portuguesas no Rio de Janeiro. É o caso de *Portugal Novo*, fundado em Maio de 1934, por Flamínio de Azevedo, funcionário da Embaixada e que se apresenta como delegado no Brasil do *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional,

1 *Voz de Portugal*. 11 de Abril de 1936, p. 2.

e de *A Voz*. Este jornal surge para promover o combate aos republicanos, nomeadamente ao periódico *Portugal Republicano*. Os seus títulos são de louvor ao governo de Salazar e à obra do Estado Novo, proclamando-se como o “jornal que revela uma Pátria Ressurgida”<sup>2</sup>. Também é importante frisar, o jornal *Legião Portuguesa*, tutelado diretamente pelo embaixador Martinho Nobre de Mello. Ambos os jornais possuem uma duração muito efémera, submergindo diante da legislação nacionalista do governo de Vargas e desaparecem após as primeiras semanas da sua edição (Paulo, 2019, p. 194 e ss.).

Nos anos seguintes, somente o periódico *Mundo Português*, que surge em 1949, no Rio de Janeiro, alcança alguma popularidade nas décadas de cinquenta e sessenta, apesar de nunca ter ultrapassado a popularidade da *Voz de Portugal*. Ele seguirá a mesma linha deste último, assumindo uma posição completamente favorável ao regime de Lisboa. O público-alvo é sempre a comunidade emigrante e, nos encontros da colónia, as novidades impressas servem de mote para as conversas, chegando àqueles que não possuem acesso aos jornais, muitas das vezes por não saberem ler.

A mensagem política passada por esses periódicos acompanha a linha da propaganda do regime, nomeadamente as diretrizes impostas pelo Secretariado de Propaganda Nacional e pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. E tal como acontece em território português, a cultura popular, juntamente com o culto da história ou profissões de fé ideológicas, transformam-se em elementos de agregação e de edificação de um sentimento de “nacionalidade” que se torna mais forte fora de Portugal.

É preciso lembrar que o contexto específico da emigração suscita esse tipo de apelo. O emigrante possui uma memória bem seletiva do seu passado e da sua aldeia. Essa memória o define enquanto ser social. A vida aldeã já não faz parte do seu quotidiano, mas continua a fazer parte da sua definição enquanto pessoa. O emigrante passa a ser identificado pelo seu lugar de pertença, ou seja a aldeia e o país de onde saiu, visto sempre como um espaço idealizado e congelado no tempo (Paulo, 2019, p. 201 e ss.).

Para ele, esse ideal suplanta a realidade. A aldeia sem condições e o país marcado pela pobreza não fazem parte da imagem que guarda da sua terra natal. Mesmo a imagem da aldeia é generalizante, não estando vinculada a nenhum local determinado, mas ao conjunto de aldeias que marcam a origem da comunidade emigrante, proveniente dos mais diferentes pontos de Portugal. Ela é, antes de mais nada, um símbolo, uma síntese única de uma realidade diversa, sem um espaço preciso, já que não pode ser localizável num ponto específico, mas é passível de ser identificada com qualquer uma aldeia real existente no país. Ela pode estar situada no Minho ou no Algarve, mas é sempre um referencial evocado pela produção discursiva da própria colónia. Em todos os periódicos, são comuns as colunas referentes às aldeias

---

2 *Portugal Novo*. 14 de Julho de 1934, p. 1.

portuguesas, como, entre outras, “Saudades da Nossa Terra”, publicada na *Pátria Portuguesa* nos anos trinta, abordando o pitoresco das aldeias<sup>3</sup>, ou, ainda, o noticiário da terra, como em “O que vai pelas províncias da nossa terra”<sup>4</sup>. A resultante apresentada é a de uma imagem cuidadosamente cinzelada pela veneração de uma memória “trabalhada”:

Quem te fez tão feliz, oh, bom povo das nossas aldeias? Quem foi que criou na tua alma estas pequenas consolações, que limitam encantadoramente os desejos de felicidade na Terra? Porque não te deixam nascer, viver e morrer assim, se nisso está a grande ventura dos que não têm maiores ambições?...A tua vida, bom povo de Portugal, é ainda, nas tuas pequeninas consolações, nos teus rústicos prazeres, na tradição dourada dos teus costumes, a magnífica demonstração de que a felicidade está contigo, e não vale a pena andar a correr mundo, atrás duma ventura que não chega nunca<sup>5</sup>.

Assim sendo, a aldeia não possui defeitos, nem os males do mundo rural, nem as mazelas advindas do progresso urbano. O seu próprio tempo é especial, pois, concebido circularmente, não apresenta uma continuidade frequente (Eliade, 1986; Ginzburg, 1995). A esta imagem da aldeia é atribuído, portanto, um tempo mítico que, por sua vez, se encontra vinculado à memória seletiva do emigrante ou da colónia como um todo. Uma lembrança cristalizada do passado e filtrada pelo valores do presente contribui, desta forma, para precisar melhor a imagem que o emigrante guarda do seu lugar de origem. Concebida desta forma, a aldeia conserva inalteradas as suas tradições e a sua própria história, selecionada a partir da vivência pessoal de quem recorda ou da memória oficial ou oficiosa à qual teve acesso. Esta conceção do tempo, facilitando o retorno aos marcos essenciais da memória coletiva ou individual da colónia, reforça os laços de solidariedade e os fatores de identificação do grupo, não importando a diferenciada origem das tradições em voga, nem a “verdade histórica” dos factos.

A imagem da aldeia, portanto, após o referido recorte seletivo da memória, permanece imutável, assim como os momentos que lhe são imputados. Estes, porém, podem ser reproduzidos à distância, assinalando o vínculo do emigrante com a sua terra natal, criando para a colónia um tempo distinto daquele que vive a sociedade brasileira. Desta forma, os “patrióticos” vivenciando um tempo “próprio” recuperam costumes e tradições, marcos importantes para a sua identidade. Neste quadro, os usos locais são apresentados como representações nacionais, da mesma forma que os festejos populares ou as comemorações religiosas. Neste quadro, são frequentes na evocação das celebrações populares das mais diversas origens ou até de factos da história local, voltada para a narração dos factos pitorescos das mais diversas

3 Como, por exemplo: “Saudades da Nossa Terra: Moncorvo”. *Pátria Portuguesa*, 11 de Janeiro de 1930, p. 5, ou “Saudades da Nossa Terra: Ilha da Madeira”. *Pátria Portuguesa*, 4 de Janeiro de 1930, p. 5.

4 Ver, entre outros, *Voz de Portugal*, 14 de Abril de 1936, pp. 10 a 12.

5 Editorial “Aleluia! Aleluia!”. *Pátria Portuguesa*. 16 de Abril de 1933, p. 2.

partes do país. As Festas de São João<sup>6</sup> e os magustos<sup>7</sup> ultrapassam o uso localizado para se tornarem símbolos do “ser português”.

Por outro lado, há o incentivo ao culto à “Pátria”, nos moldes daqueles apregoados pelo regime de Lisboa. Ela é a terra natal, mas também algo que ultrapassa o concreto. Ela é o passado, o presente e sobretudo o futuro idealizado como a glorificação do país de origem. Como “idealização”, ela não é passível de críticas, sendo impossível, de imediato, a aceitação de uma outra imagem mais real, que pusesse fim à esta visão. Ela é, portanto, um ideal, uma imagem, ou uma utopia que a distância torna, cada vez mais, “intocável”. Vinculada a esta, temos a ideia de “Nação”. Mais uma vez, a aceitação dos pressupostos ideológicos ditados pelo regime definem o ser nacional, “ser português”. A noção de “cidadania plena” é restrita àqueles que fazem parte deste esquema ordenador, ou seja, das instituições diretamente vinculadas ao Estado, como a Legião Portuguesa ou a União Nacional, cabendo aos demais a adesão incondicional aos seus postulados ideológicos, já que “desejam” sentir-se nacionais, ou seja, ser “portugueses”.

Sendo assim, este apelo guarda um outro, o da defesa da “Pátria” feita pelo regime através do seu ideário. O corolário apresentado é simples e eficaz: quem ataca o Estado português, ataca a “Pátria”, vai contra a “Nação” que ele representa e defende, não podendo ser portanto considerado como um cidadão, nem mesmo possui o direito de ser identificado como um nacional, um português (Paulo, 2019, p. 217 e ss.).

Em suma, o discurso jornalístico conta com esta visão idílica para atrair público, exaltando as qualidades das aldeias e do país na apresentação das notícias que partilham, criando laços de identificação comum entre pessoas oriundas dos mais diferentes meios e regiões da sociedade portuguesa. A realidade passa ser a de uma aldeia idealizada, aquém do contexto regional e real, mas que correspondente à visão do regime. Tudo aquilo que não se encaixa na imagem oficial deixa de existir por não ser sequer mencionado.

Ao reproduzir notícias extraídas de periódicos portugueses como o *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, os jornais da colônia afetos ao regime preservam esta imagem oficial de Portugal construída pela propaganda do regime e que, muitas das vezes, é partilhada por jornais brasileiros, favoráveis à situação portuguesa. A omissão da realidade, proporcionada pela censura feita ainda em Portugal, contribui para este tipo de discurso. A releitura dos factos, também coordenados a partir do controlo censório de Lisboa, amplia a imagem idealizada que o emigrante possui e aumenta a possibilidade da sua adesão ao regime.

6 Concursos de Quadras populares como as de Quadras de São João são frequentemente realizados pelas casas regionais, como a Casa do Porto, no Rio de Janeiro. Ver, entre outros, noticiário da *Voz de Portugal*, “Resultados do VIII Concurso de Quadras de São João”, 5 de Julho de 1953, p. 2.

7 “O ‘Magusto’ santacruzense. A sua realização a 3 do corrente na Casa dos Poveiros com a presença de elevado número de figuras de relevo da sociedade luso-brasileira”. Reportagem da *Voz de Portugal*, 10 de Dezembro de 1950, p. 6.

Complementando esta imagem, está a visão de um Estado que coloca o emigrante em primeiro plano. Os veículos de comunicação afetos ao regime vão afirmar constantemente a sua capacidade de contactar e obter uma pronta resposta do governo de Lisboa. Entrevistas exclusivas com o Presidente Carmona, declarações de Salazar ganham a primeiras páginas dos periódicos salazaristas e fazem parte de uma estratégia de propaganda do governo português para o exterior. Em 1933, no mesmo ano da instituição do Estado Novo, temos um marco simbólico neste sentido com Salazar dirigindo uma mensagem aos portugueses do Brasil através de uma emissão radiofónica, nunca antes realizada por um representante do Estado português.

As declarações constantes dos viajantes que retornam de Portugal corroboram a ideia de um país que, apesar de manter o universo rural idealizado pelo emigrante, progride em direção do progresso vivenciado no local de acolhimento. A ficção é transformada em realidade e ganha estatuto de notícia em declarações de primeira página. É o que faz o diretor da *Voz de Portugal*, Albino Souza Cruz, um ardoroso salazarista, na edição do dia 19 de Janeiro de 1947:

Há menos pobres pelas ruas e florescem os estabelecimentos de assistência e proteção aos desvalidos, mas há também uma superioridade moral incontestável que determina os atos e as ações de todos, apesar de haver, evidentemente quem não concorde com o Estado Novo, mas esses — quem poderá negá-lo? — Podem manifestar-se livremente desde que não perturbem a ordem pública.

Este tipo de argumentação e discurso perdurará até 1974, quando a queda do regime deixa um vazio nesses periódicos que passam a limitar-se ao noticiário social da colónia, somente reatando uma ligação ao governo de Lisboa na década de oitenta.

### **3. Informação e Propaganda: quando a primeira serve de suporte para a segunda**

*Portugal Republicano* é o único jornal de propaganda republicana nos anos 30 e representa a tentativa de retratar a colónia portuguesa de outra forma, para além dos comendadores e associações regionais. A sua intenção é aproximar a mensagem oposicionista aos emigrantes com poder aquisitivo mais baixo, buscando neles a defesa do ideal republicano. O seu principal objetivo é combater a propaganda dos periódicos vinculados ao regime português, oferecendo factos como o contraponto da imagem idealizada veiculada pelos seus adversários.

Grande difusor do republicanismo no Brasil nos anos 30, periódico *Portugal Republicano*, segue a linha imposta pelos oposicionistas a partir de 1927, congregando os mais diferentes nomes da oposição republicana e reproduzindo os textos publicados no exterior ou enviados para a redação do jornal. Os escritos de Bernardino Machado, Afonso Costa e outros nomes

da República aparecem junto ao de republicanos emigrados e que são assíduos colaboradores no jornal. Devido ao seu passado no Brasil, incluindo a sua própria naturalidade, a figura de Bernardino Machado ganha mais uma vez um lugar de destaque, alcançando um determinado consenso entre o meio oposicionista radicado no Brasil. Grande parte dos republicanos portugueses ali estabelecidos guarda na memória a imagem do antigo diplomata, que passou pela Embaixada portuguesa no Brasil entre 1913 e 1914. Nos textos do antigo embaixador, é enfatizada a intencionalidade de perpetuação do regime ditatorial, destacando a necessidade do retorno ao projeto constitucional republicano e a condenação do posicionamento assumido pelo já então Presidente do Conselho como continuador da ditadura:

[...] o seu projeto de constituição não passa duma ficção, com ela (a ditadura) personificada em Salazar, supersticiosamente, no engano de alma da sua negra usurpação, sonha perpetuar-se na governança, como se, graças ao seu taumaturgo, tivesse descoberto um elixir milagroso de longa vida<sup>8</sup>

O *Portugal Republicano* busca apresentar assim a opinião de políticos, jornalistas e especialistas que analisam e retratam um Portugal “diferente” daquele retratado nos jornais que servem ao regime. Para tal, o procura difundir o discurso republicano nas suas mais diferentes versões, abrangendo os chamados “históricos” do movimento, como Latino Garcia, os nomes sonantes da República e as figuras da oposição como Álvaro de Castro<sup>9</sup>, ou ainda, personagens não gratos ao regime e pouco conhecidos, como Newton de Macedo<sup>10</sup>.

Nos primeiros números, as questões de ordem formal do regime são constantemente abordadas, como os mecanismos de institucionalização, o debate financeiro, acompanhando o enfoque dado pela entrevista de Afonso Costa, e todo o seu processo legal e constitucional. O governo ditatorial é identificado coma figura de Carmona, sendo o “carmonismo” a grande tónica dos ataques pronunciados no periódico. Longe de ressaltar a figura de Salazar, ainda que esteja sempre presente, a ditadura é associada ao velho Marechal e a parcela do exército que “traiu” o ideário republicano:

8 Machado, Bernardino. “Constituição Nova?”. *Portugal Republicano*, 14 de Janeiro de 1933, p. 2.

9 Castro, Álvaro de. “Um brado de altivez cívica”, in: *Portugal Republicano*, n.º 3, 22 de Outubro de 1932, p. 6. Reprodução da carta-resposta de Álvaro de Castro ao convite feito por republicanos para a Comemoração do 5 de Outubro no ano de 1926.

10 Francisco Romano Newton de Macedo (1894-1944). Professor de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Universidade do Porto. Em 1925, é Chefe de Gabinete de João Camoesas, então Ministro da Instrução. Newton de Macedo é afastado com a implantação da ditadura militar graças à sua luta contra o encerramento da Faculdade de Letras na Universidade do Porto. Após uma passagem por Paris, com uma bolsa de estudos, retorna a Portugal, onde não consegue alcançar uma nomeação definitiva no Liceu Passos Manuel, onde é colocado em 1933 como professor provisório, terminando por lecionar em colégios particulares.

Como chamar ao conluio que se agarrou ao governo em Portugal, há já anos? [...] Tirania; ditadura; mistificação? Não. Não basta. É preciso criar um novo nome. A história chamou a 1ª ditadura — pimentismo, à segunda — sidonismo. Á terceira...tem de se lhe arranjar um nome e logicamente, não pode ser senão carmonismo<sup>11</sup>

Uma das poucas caricaturas presentes no jornal aponta as características de “Sua Majestade o Carmonismo”, “sob a batina a farda agaloada; sob os pés os princípios. E da comédia a farsa; da farsa à tragédia. Até quando?”. A imagem é bem significativa pois evoca a monarquia, simbolizada no trono no qual está sentada a figura principal, a Igreja, já que a personagem veste uma batina e possui um terço atado no pulso direito, relembrando o carácter repressivo do regime pela espada que atravessa um conjunto de livros onde se pode ler nas lombadas as palavras Constituição, Liberdade e Democracia<sup>12</sup>. Complementando a montagem da primeira página, ao lado da imagem, está uma matéria intitulada “Infâmias Carmonistas” que chama a atenção para a existência, em Timor, de um “campo de concentração com profundos e largos fossos cheios de água”, vigiados por “metralhadoras”, local de “doenças e mortes” destinado aos deportados pela ditadura<sup>13</sup>.

Considerando que todo o peso da propaganda do regime insiste na veiculação do revilharismo com o comunismo, o tema é tratado com deferência nestes números iniciais do *Portugal Republicano*. Um texto de Raul Proença exemplifica a diferença entre ambos os movimentos ao afirmar que o bolchevismo seria uma “calúnia” inventada pela ditadura para difamar e desacreditar os revolucionários<sup>14</sup>. Para os republicanos, o operariado português não se enquadra nos cânones descritos pela doutrina comunista, ou seja, ele não pretende impor os seus direitos através de uma ditadura proletária, mas buscá-los através das representações operárias e partidárias.

O periódico apresenta também outras chamadas informativas, reproduzindo o noticiário vinculado pela oposição no exterior acerca da repressão e das tentativas revolucionárias em Portugal. Notícias de prisões, de tentativas revolucionárias e greves são apresentadas como prelúdio da mudança de regime preconizada pelos republicanos. A denúncia das arbitrariedades cometidas pelo governo de Lisboa marca o relato das deportações, enquanto o heroísmo é a tónica que delinea a conduta dos revoltosos. Os testemunhos feitos na primeira pessoa reafirmam as condições impostas pela força ditatorial:

11 “De Mitra e Capacete”. *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1.

12 “De Mitra e Capacete”. *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p. 1.

13 “Infâmias Carmonistas”. *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p.1. Notar que neste mesmo número do periódico aparece uma outra matéria onde são referenciados os campos de concentração do Lazareto, Ribeira Brava e Tarrafal, ver: “Barbaridades”. *Portugal Republicano*, 19 de Novembro de 1932, p.1.

14 Proença, Raul. “O perigo bolchevista”. *Portugal Republicano*, n.º 5, 5 de Novembro de 1932, p. 1.

Um governo anormal, que cimentou os seus alicerces, durante sete anos — aproximadamente — e que se apregoa forte, e aplaudido pela Nação, e que procura, em discursos pomposos, entrar numa normalidade bastarda, principiaria — isto para que acreditássemos na sua sinceridade — em revogar todos os decretos.<sup>15</sup>

Na coluna “Tribuna Proletária”, longe de apresentar o retrato de um Portugal rural, pacífico e sem penúria, comumente presente nos demais periódicos vinculados ao salazarismo, a realidade do campo é aqui apresentada de outra forma, em especial no que tange ao ensino e à influência da Igreja:

No Douro [...] Visitamos outras casas. O mesmo espetáculo, o mesmo quadro de miséria. Há fome. Famílias inteiras, das que conseguem ainda ter quem para elas ganhe, porque outras há em que o trabalho falta em absoluto...<sup>16</sup>

Vila Nova (Miranda do Corvo). Começou um novo ano escolar. Umas 120 crianças frequentam as escolas desta freguesia, onde apenas existem dois professores. [...] A própria escola feminina achase instalada numa casa particular; falha de condições higiénicas. Basta dizer que nos dias chuvosos, a água, dentro dela, cai em abundância.<sup>17</sup>

A opção por inserir um noticiário sobre as aldeias aproxima o *Portugal Republicano* aos demais jornais da colónia, todos eles afeitos ao regime, procura cumprir o objetivo fornecer uma outra imagem da realidade do país, oposta àquela propagandeada pelos meios de comunicação oficiais, uma outra visão dos alegados “benefícios” do regime. A visão do Estado Novo como o controlador da sociedade e o promotor da paz social é contraposta à realidade de uma sociedade onde a censura constrói a imagem de um país ideal, sem transgressões sociais e políticas: “Vagos — o Sr. Manoel da Rocha Cedro, proprietário em Ouca, quando em Aveiro contemplava o cortejo presidencial ficou sem a corrente e o relógio”.<sup>18</sup>

É interessante destacar o relevo dado ao papel da mulher na sociedade portuguesa, e emigrante em particular, pelo periódico. Num dos raros artigos assinados por uma mulher, a figura feminina é tratada através de um dos temas mais polémicos para os conservadores, ou seja, o divórcio. O artigo em questão, analisa o casamento como instituição e o poder de escolha e decisão do elemento feminino numa sociedade comandada por homens. A partir desta visão, a autora defende o divórcio como uma forma de subtrair “a mulher à despótica

15 *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 3.

16 “Tribuna Proletária”. *Portugal Republicano*, 14 de Janeiro de 1933, p. 2.

17 “Novas das Províncias”. *Portugal Republicano*, 17 de Dezembro de 1932, p. 4.

18 “Novas das Províncias”. *Portugal Republicano*, 10 de Dezembro de 1932, p. 4. A nomeação de tal personagem pode atestar a veracidade de parte da história, já que a família Cedro realmente existiu naquela aldeia, conforme declarações de Hermínia Loff Barreto, moradora naquela localidade no período tratado. Declarações prestadas à autora em 2005.

influência dum marido que não a ama”, salvaguardando o lugar de decisão do elemento feminino e a sua capacidade de influenciar a sociedade. Dentro dos parâmetros de um republicanismo no qual as mulheres conquistam um lugar de destaque, a autora defende uma nova forma de encarar o casamento, não como obrigação social, mas como um ato de vontade pessoal. Desta forma, acaba por condenar o velho pensamento proudhoniano que considerava a mulher inapta ao exercício da cidadania na sociedade:

[...] o matrimónio representa, na maioria dos casos, uma incoerente combinação de interesses, quer seja pela ligação da família (nobreza e alta burguesia), quer seja pelo recurso de solução económica (pequena burguesia), circunstâncias que se aproximam daqueles que determinam ainda o casamento como necessidade puramente material, digna de estudo, por nela se incluir o casamento realizado por ‘imposição feminina da curiosidade’ e o casamento realizado por imposição masculina da ideia de comodidade, provado é que muitos homens se casam depois dos 30 anos para terem a horas certas as refeições, e uma espécie de animal doméstico para todo o seu serviço — essa ‘criada-cortesã’, — de que falava Prodhoun...<sup>19</sup>.

E se o tratamento dado à função do casamento na sociedade é claramente marcado pela negação de qualquer interpretação religiosa, o discurso anticlerical é suavizado, visando “conquistar” um público mais amplo. É preciso distinguir entre aqueles que representam um clérigo elitista e pró-regime, personificado no Cardeal Cerejeira, e aqueles que fariam parte do clero dos pobres, como o Padre Cruz que, segundo um dos artigos, “tem gasto a sua longa vida a praticar o bem” e “nunca bajulou os pobres”<sup>20</sup>. O combate ao clericalismo e a denúncia da sua vinculação ao regime não desaparece, mas, já no final do ano de 1932, o periódico publica textos mais favoráveis aos católicos que apoiam o regime, como “Palavras de um Católico”, na qual o autor afirma a defesa da legislação republicana de Separação entre a Igreja e o Estado:

Só é de justiça dizer que essa Separação, redundante no alheamento dos políticos ao provimento dos benefícios eclesiásticos, só tem lucrado a moralidade e a disciplina do clero.<sup>21</sup>

19 Silva, Clotilde da. “O Divórcio”. *Portugal Republicano*, 4 de Julho de 1936, p. 6. O artigo foi originalmente publicado no periódico *Pensamento*, do Porto, segundo a nota anexada ao mesmo.

20 Frazão, Serra. “A Pastoral do Cardeal Cerejeira”. *Portugal Republicano*, 21 de Janeiro de 1933, p.1. O texto é transcrito do jornal *Maria da Fonte*, da Póvoa do Lanhoso, sendo o seu autor Administrador do Distrito de Angola e um especialista na temática colonial.

21 Saldanha, Eduardo de Almeida. “Palavras dum católico”. *Portugal Republicano*, 17 de Dezembro de 1932, p. 4.

De fato, o jornal parece buscar a ampliação do seu público leitor, deixando de parte os sectarismos religiosos e os ataques à chamada “extrema-esquerda”, repetindo a orientação seguida por uma parcela dos exilados em solo europeu aos sectores mais radicais da oposição.

Como todos os demais órgãos de divulgação, o jornal noticia os eventos dos Grêmios republicanos, guardando uma especial atenção aos impasses destas instituições com o representante diplomático local do governo de Lisboa, no caso, o sidonista Martinho Nobre de Mello, e com as demais organizações da colónia afeitas ao regime. De fato, em 31 de Janeiro de 1933, o editorial “É pena” ataca a conduta do Embaixador Martinho Nobre de Melo, denunciando sua atuação como propagandista do governo de Salazar e o descaso que demonstra para com os problemas reais da colónia como um todo (Paulo, H., 2019, p.192).

Este tipo de posicionamento gera uma resposta do corpo diplomático e da instituição que passa a “representar” o Estado Novo no seio da colónia portuguesa: a Federação das Associações Portuguesas. No dia 18 de Fevereiro de 1933, o *Jornal Português* publica um comunicado, no qual condena o discurso do periódico da oposição, atribuindo-lhe o carácter de um ato de ataque ao governo português<sup>22</sup>. A denúncia é o pano de fundo para a ação do Diretório de Publicidade da Polícia Central do Rio de Janeiro que, atendendo às pressões da colónia “oficial”, alarga “a censura aos jornais portugueses que se publicam no Brasil”, retirando de circulação o *Portugal Republicano*. O fato não é desconhecido pelas autoridades portuguesas, e em especial pelo Presidente do Conselho, já que, no seu arquivo pessoal do Vimieiro se encontram os recortes dos periódicos *Jornal Português*, com a referida comunicação, e do *Diário de Notícias*, datado de 18 de Fevereiro, publicado no Rio de Janeiro, com o comunicado da Polícia Central sobre o corte da censura.

O *Portugal Republicano*, em decorrência desta querela, é suspenso em Janeiro de 1933, retornando em Agosto de 1934, com um discurso muito mais agressivo<sup>23</sup>. Apoiado no clima democrático vivenciado no Brasil neste período e até ao seu desaparecimento definitivo em Junho de 1936, os artigos do período reúnem, ao par das denúncias dos desmandos do regime de Salazar, um vasto noticiário acerca das atividades dos opositores em outros núcleos de exílio, nomeadamente em Espanha, reprodução de artigos editados em jornais do Revirinho, como *A Verdade*, editoriais dedicados ao líder Afonso Costa, patrono da associação do mesmo nome e que sustenta o jornal, e depoimentos de políticos brasileiros contrários ao Estado Novo.

Apesar das especificidades, o *Portugal Republicano* funciona como um periódico normal da colónia portuguesa. Uma boa parte das matérias é elaborada exclusivamente por republicanos

22 No comunicado da Federação existe uma confusão a respeito da data da publicação atribuída ao número de 11 de Fevereiro do *Portugal Republicano*, quando, na verdade, o artigo é do citado dia 31 de Janeiro de 1933.

23 Em carta datada de 23 de Maio de 1934, Joaquim Monteiro denuncia para Bernardino Machado a conduta do então Embaixador Martinho Nobre de Mello, anunciando o retorno para breve do periódico. Espólio Bernardino Machado, Fundação Mário Soares.

radicados no Brasil, e a manutenção do periódico, apesar do pedido constante de colaboração dos correligionários, é feita com base nos anunciantes. Há inclusive a preocupação em afirmar-se que “o anúncio não tem nacionalidade, nem política”<sup>24</sup>. No entanto, a grande maioria dos anunciantes é portuguesa, sendo muitos os nomes vinculados ao movimento republicano.

Depois do interregno da Segunda Guerra e passada a euforia de crença numa mudança internacional contrária ao salazarismo, o crescimento dos núcleos de exilados e emigrados políticos no exterior é acompanhado do aumento das publicações que denunciam as atrocidades do regime. O Brasil é o berço de novos jornais antissalazaristas com títulos que alcançaram notoriedade no exílio, como o *Portugal Democrático* (1956-1974), editado em São Paulo e criado por elementos vinculados ao Partido Comunista, como o professor Vítor de Cunha Ramos e Manuel Ferreira Moura (Matos, 2020; Silva, 2006). Apesar da sua feição pró-comunista, o periódico consegue congrega elementos oriundos de toda a oposição, tendo em Sarmiento Pimentel e o Centro Republicano Português de São Paulo os seus pontos de referência. O seu primeiro número data de 7 de Julho de 1956, sendo que, numa primeira etapa, o jornal circula de 1956 a 1957, com uma modesta tiragem, mas, a partir de Junho de 1958, assume o carácter de um jornal de médio porte, impulsionado pelo impacto das eleições presidenciais em Portugal. Nos seus primeiros anos conta entre os seus colaboradores nomes como o de Jaime Cortesão, Ribeiro Colaço, Sarmiento Pimentel, Gonçalves Paratudo e Paulo de Castro. Mas também, já nos primeiros anos, podemos encontrar exilados e emigrados políticos recentes como Maria Archer, Vítor Ramos, Adolfo Casais Monteiro, Fernando Queiroga, Miguel Urbano Rodrigues. Para além de portugueses, conta com a participação de intelectuais brasileiros, como Rubem Braga, Manuel Bandeira e Paulo Duarte<sup>25</sup>.

*Portugal Democrático* é editado mensalmente e distribuído por todo o país a partir de São Paulo. Para o Rio de Janeiro são enviados 2000 exemplares mensalmente<sup>26</sup> e, para além dos assinantes e da publicidade, ainda que sejam poucos os anunciantes, conta com doações, como a de Ricardo Seabra que contribui mensalmente para a edição do jornal com cerca de 3000 cruzeiros, um valor significativo visto as despesas do periódico serem cerca de 19.000, em 1957<sup>27</sup>. Entre os assinantes regulares do jornal, uma grande maioria de membros do PCP,

24 Ver, entre outros números, *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 3.

25 Os dois primeiros são escritores mundialmente conhecidos, mas também jornalistas: Rubem Braga foi correspondente de guerra em Itália para o *Diário Carioca*, e, depois de 1945, para outros jornais, como o *Correio da Manhã*; Manuel Bandeira publicou em diversos jornais, entre eles, o citado *Correio da Manhã*; Paulo Duarte, para além da sua atividade como académico, pois lecionou na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, foi redator do jornal *O Estado de São Paulo*.

26 Informação retirada da Carta de Vítor Ramos endereçada a António Amorim, datada de 29 de Janeiro de 1957, com o papel timbrado do jornal. Arquivo Sarmiento Pimentel, BMM.

27 Ver: Recibo passado em nome de Ricardo Seabra pelo *Portugal Democrático* no valor de 3.000 cruzeiros correspondente à contribuição do mês de Setembro de 1956, datado de 27 do mesmo mês, e Circular do *Portugal Democrático*, datada de 23 de Outubro de 1957, na qual são estipuladas as necessidades mensais do jornal. Arquivo Sarmiento Pimentel, BMM.

está Eugénio da Conceição das Mercês, que é o responsável pela distribuição do jornal na cidade de Niterói<sup>28</sup>, então a capital do Estado do Rio de Janeiro. Mais tarde, a sua função passa a ser exercida por Manuel Lourenço Neto<sup>29</sup>.

Mas, nesta altura, no seio da oposição não existe uma homogeneidade de propostas. A chegada de Humberto Delgado ao Brasil, em 1959, e de Henrique Galvão, em 1961, vão galvanizar os exilados e, gradativamente, são criados novos campos no interior da oposição antissalazarista no Brasil. Estas dissensões internas são refletidas nas suas publicações, assim como a sua própria periodicidade vai variar de acordo com os meios de manutenção e a coesão interna dos seus membros. Os títulos mais “cotados” para o período são *Portugal Livre*, *Portugal Democrático* e, com menor impacto o periódico *Oposição Portuguesa*, nos quais colaboram políticos e intelectuais, revelando nos seus artigos e no enfoque dado ao noticiário a tendência política que marcam os periódicos. Muitos deles são frutos de cisões, como é o caso do jornal *Portugal Livre*, que congrega elementos saídos do *Portugal Democrático*.

O peso e o impacto destas publicações, malgrado os informes alarmantes das autoridades portuguesas no Brasil, têm na quantidade das suas edições um possível fator de avaliação. É verdade que exemplares de quase todos os jornais mencionados são encontrados em arquivos particulares de opositores. As afirmações de Miguel Urbano Rodrigues acerca do *Portugal Livre* podem ilustrar as condições de distribuição da grande maioria destes periódicos que, com exceção do *Portugal Democrático* mantido pela forte engrenagem do PCP, sobreviviam de forma precária na clandestinidade:

Tenho muita dificuldade em avaliar não apenas o que foi o Portugal Livre como a influência que exerceu tanto no Brasil como em pequenos núcleos de emigração política. À Portugal chegavam algumas dezenas de exemplares. A maioria seguia em envelopes timbrados de instituições inexistentes (com nomes sagrados como os de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Nossa Senhora de Fátima, e de congregações religiosas fantasistas). Durante alguns meses passavam pelo crivo da censura. Depois a PIDE intervinha e era preciso inventar outros envelopes. Esse correio era caro, mas quase logo começamos a receber cheques do estrangeiro, enviados por leitores que pediam assinaturas e ofereciam pequenas contribuições. A tiragem andava pelos 3000 exemplares, a maioria dos quais era distribuída em bancas de São Paulo onde as sobras raramente atingiam os 50% (Rodrigues, 2002, p. 190).

Um outro jornal, o *Portugal Livre* espelha as contradições internas no grupo de exilados. Ele surge em Novembro de 1959, em São Paulo, dirigido formalmente pelo brasileiro

28 Ofício datado de São Paulo, de 2 de Dezembro de 1958, procedente do *Portugal Democrático*, endereçado a Manuel Lourenço Neto. Cópia cedida pelo próprio do seu Arquivo Pessoal.

29 Conforme dados constantes no Ofício datada de São Paulo, 12 de Setembro de 1962, procedente do *Portugal Democrático*, endereçado a Manuel Lourenço Neto. Cópia cedida pelo próprio do seu Arquivo Pessoal.

Cláudio Abramo<sup>30</sup>, um dos redatores-chefes do periódico *O Estado de São Paulo*, de acordo com exigências da legislação do país. Possui um curto período de publicação, desaparecendo em Março de 1961. Nas suas páginas, uma observação sempre repetida, alerta para a ideia de uma oposição unida no combate comum contra a ditadura salazarista:

PORTUGAL LIVRE faz questão em reafirmar a sua posição de tribuna aberta a todos os portugueses democratas e a sua não filiação a qualquer movimento, órgão ou corrente política determinada, por muita consideração que, no campo pessoal, os respetivos mentores lhe mereçam<sup>31</sup>.

Ele surge como uma dissidência de colaboradores do *Portugal Democrático*, sendo o seu real diretor é Miguel Urbano Rodrigues, que rompera com os seus antigos companheiros. Para além da presença de textos extraídos de outros periódicos, como *O Estado de São Paulo*, colaboram no jornal membros da oposição, como Tomás Ribeiro Colaço e Vítor da Cunha Rego. O *Portugal Livre* conta ainda com a participação ativa de Henrique Galvão e Humberto Delgado, sendo que este último rompe com a redação do periódico após os primeiros números. O jornal tem um período de vida bastante curto, desaparecendo após algum tempo.

Em Julho de 1961, no Rio de Janeiro, aparece o periódico *Oposição Portuguesa*, dirigido pelo jornalista brasileiro Serafim Porto<sup>32</sup>, mas concebido pelo antigo combatente de Espanha e elemento próximo aos “Budás”, Francisco Oliveira Pio. Este jornal é a resposta de Delgado ao seu rompimento com Galvão, sendo um porta-voz assumido dos seguidores de Humberto Delgado no Brasil e do seu Movimento Nacional Independente. Entre os anos de 1961 a 1963, o jornal espelha as contradições do MNI e dos apoios dados ao General. O próprio Serafim Porto, um entusiasta do General e do MNI, rompe com Delgado em Dezembro de 1961, abandonando a direção do periódico para só retornar após a morte do ex-candidato oposicionista. Com a saída de Porto, o seu cargo é entregue a Francisco de Oliveira Pio, sendo o seu editor José Afonso de Miranda. Nos números que circulam nestes anos, a grande figura de destaque é o General Humberto Delgado, como alegado representante da oposição, e, depois da sua morte, como “herói”. O periódico também regista as comemorações do 5 de Outubro, assim como biografias de antigos republicanos vinculados à sua redação, como o próprio Oliveira Pio e Carneiro Franco<sup>33</sup>. Mas, muitos dos seus colaboradores de primeira hora, como o anarquista Roberto das Neves, são afastados da publicação ao discordarem das diretrizes impostas pelo MNI. No final

30 Jornalista brasileiro de formação comunista. Neste período, também está vinculado ao periódico *Estado de São Paulo*, outro baluarte de apoio para os antissalazaristas.

31 Nota publicada na primeira página do periódico *Portugal Livre*, Ano I, n.º 4, Fevereiro de 1960. Em maiúscula no original.

32 Serafim Porto é professor de língua portuguesa, possuindo uma formação anarquista.

33 Ver: Porto, Serafim, “Francisco Oliveira Pio”, in: *Oposição Portuguesa*. Agosto de 1961. p. 4, e “Ernesto Carneiro Franco, uma vida pela grandeza de um povo”, in: *Oposição Portuguesa*, Outubro de 1961, p. 4.

desta primeira fase, em Agosto de 1963, o próprio periódico, na figura do seu editor, rompe com Delgado, sendo extinto pelos seus responsáveis. A *Oposição Portuguesa* retorna por um breve período, em 1965, tendo entre os seus colaboradores alguns dos exilados recém-chegados ao Brasil, como Manuel Pedroso Marques.

Outros jornais procuram angariar simpatias da colónia, mantendo sessões dedicadas à vida social dos emigrantes, reproduzindo o noticiário veiculado pelas agências de Lisboa, buscando “suavizar” a imagem de órgão da imprensa oposicionista. É o caso dos periódicos *Colónia Portuguesa*, em São Paulo, ou *O Lusitano*, por um grupo de jovens portugueses no Rio de Janeiro. O primeiro começa a circular em 1959, sendo que o seu primeiro número inicial aparece a assinalar o 31 de Janeiro. Tem nos seus quadros dois grandes nomes da oposição: Gonçalves Paratudo, um velho militante republicano, e Joaquim Duarte Baptista, que posteriormente será o responsável pelo periódico *Semana Portuguesa*. O lema do jornal é “O culto da Fraternidade Luso Brasileira”, pretendendo abarcar toda a colónia, apesar do seu carácter oposicionista<sup>34</sup>. Neste sentido, o seu discurso o demarca da restante colónia salazarista, malgrado a existência de colunas dedicadas à vida associativa. Não acusando os “comendadores” de “fascistas”, afirma o desconhecimento destes da realidade do país e do carácter fascista da ditadura portuguesa. No entanto, o jornal parece não ter continuidade para além do ano da sua fundação.

O periódico *O Lusitano*, publicado entre Julho de 1956 e Julho de 1957, tem uma trajetória muito peculiar que serve para exemplificar o “combate” travado entre as autoridades consulares portuguesas e o sector antissalazarista em território brasileiro. Mantido por um emigrante económico, possuidor de uma agência de viagens e câmbio, Hermenegildo Soares, os primeiros números deste periódico não o distinguem dos demais similares publicados pela colónia salazarista. Impresso em São Paulo, chega ao Rio de Janeiro através da rede de autocarros, sendo distribuído pelos quiosques de jornal do centro da cidade. No entanto, gradativamente o jornal passa a veicular artigos de opositores do regime, assumindo a postura política que marca a trajetória de um dos filhos de Hermenegildo, Jorge Ribas Soares, membro-fundador da União dos Portugueses Estudantes no Brasil, UPEB. A postura de Jorge Soares é apontada num relatório consular como a de um “rapaz impetuoso”, de “ideias políticas contrárias aos pontos de vista do regime português”, das quais não partilhavam o seu pai e irmão. Em resposta à radicalização do periódico, a Embaixada tenta um contacto com o objetivo de “evitar que o ‘Lusitano’ se metesse por tal caminho”, ao mesmo tempo que busca boicotar o envio de publicidade paga para o jornal junto aos comerciantes locais<sup>35</sup>. Diante da

34 “Editorial”. *Colónia Portuguesa*, São Paulo, 25/03/1959, p.1.

35 Relatório da Embaixada de Portugal no Brasil, Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1957, p. 1, 2.º piso, Arm.6, Maço 446, AHD-MNE.

falta de anúncios o jornal entra em sérias dificuldades económicas e pressionado pela falta de fundos para a continuidade da sua impressão, o jornal desaparece.

É interessante notar a persistência no discurso dos jornais da oposição das declarações de intelectuais e políticas acerca da realidade portuguesa. Da mesma forma que nos jornais pró-salazaristas, o argumento dos periódicos oposicionistas não apresenta grandes mudanças ou alterações de vulto. No decorrer dos anos, sobretudo a partir da década de cinquenta, as questões relativas ao quotidiano das aldeias tende a ser substituída por reflexões sobre a política do regime, como é o caso da Guerra Colonial. Ao contrário do que ocorre com os seus opositores situacionistas, a partir de determinado momento, não se preocupam mais em obter um consenso na colónia e se voltam para uma determinada parcela da intelectualidade brasileira, dando voz aos escritores, políticos e intelectuais portugueses exilados na busca de uma conexão e apoio dos seus congéneres brasileiros. Mais do que os jornais “da situação”, que possuem o apoio de uma parte da imprensa brasileira, esses periódicos buscam ter num nicho específico da imprensa brasileira o eco das suas palavras de ordem.

#### **4. As vozes que falam: o leitor e a sua integração no jornal**

O posicionamento político dos jornais não é só evidenciado pela matéria que veiculam ou pela forma de abordagem da realidade. Os inquéritos aos ouvintes, famosos na Imprensa brasileira entre os anos 30 e 50 também são replicados nos periódicos da colónia. A fala dos leitores ganha destaque sobretudo nos veículos de informação oposicionistas. É a apresentação de uma representatividade que lhes é negada na primeira pessoa nos jornais “oficiosos” da colónia.

De facto, os periódicos vinculados ao regime começam por solicitar a participação do leitor somente em eventos lúdicos, oferecendo a possibilidade de participarem em concursos através do envio de coupons que são oferecidos em cada exemplar vendido. Muito aquém da construção de um espaço de opinião, tais promoções são antes uma técnica de venda muito eficaz. Tal aconteceu em 1931, quando o jornal *Pátria Portuguesa*, do Rio de Janeiro, promove um concurso para a eleição da Rainha da Colónia Portuguesa do Brasil. As candidatas, apresentadas pelas associações, são votadas através de coupons existentes nos periódicos, cabendo o primeiro lugar àquela que conseguisse arrecadar o maior número de votos. Este “inquérito” termina com a escolha de uma candidata natural de Viseu, Leopoldina Belo, e de uma açoriana, Amélia Borges Rodrigues. Esta última acabará por embarcar, em 1932, para uma viagem a Portugal, um prémio pela sua classificação<sup>36</sup>.

---

36 *Pátria Portuguesa*, 2.º semestre de 1931 à Janeiro de 1932.

No sentido oposto, entre Outubro de 1932 e Janeiro de 1933, o jornal *Portugal Republicano* apresenta uma série de reportagens intitulada “Fala a outra colónia”, na qual é dado um espaço aos seus leitores para declararem as suas opiniões sobre o governo português. Cada matéria apresentada explora uma vertente do pensamento republicano, cabendo ao entrevistado a defesa do ideal.

No primeiro depoimento, José Martins Ribeiro afirma a sua crença no republicanismo traduzido na defesa da “liberdade de pensamento”, sendo os seus princípios igualitários descritos como o “verdadeiro comunismo”<sup>37</sup>. Apresentado como operário, o entrevistado contrapõe a imagem de Afonso Costa às figuras mais proeminentes do regime, normalmente defendidas pela colónia salazarista:

[...] Afonso Costa honra Portugal em todo o mundo, é o maior orgulho da nossa República. O destino há-de castigar os audaciosos que pretendem chamar estadista a um Salazar qualquer, quando o único estadista português do nosso tempo é Afonso Costa<sup>38</sup>.

Na segunda entrevista, o tema é o da ameaça que representa o regime para a sociedade como um todo. No depoimento de Joaquim José Rodrigues e a ideia da repressão e da onipresença do Estado é exemplificada pela apresentação de “Lista Vermelha”, ou seja, uma lista-gem de nomes na qual supostamente estariam incluídos os opositores e que seria usada para ameaçar os familiares destes em Portugal. Tal “Lista” seria evocada pelos padres nas aldeias para assustar aqueles cuja conduta era reprovada pelo regime, introduzindo a temática do anticlericalismo como “pano de fundo” da matéria apresentada<sup>39</sup>. Os elementos conservadores da colónia são classificados como uma minoria, em contraste com a “legião imensa de portugueses que por aqui trabalham”, esta sim republicana. Invertendo o discurso oficial do próprio regime, o periódico busca assim afirmar-se entre os emigrantes mais pobres, aqueles que, de fato, compõem uma parcela mais vasta da emigração.

A tónica da entrevista seguinte recai sobre uma grande característica do republicanismo postulado pelo jornal, ou seja, a importância da instrução na estruturação da cidadania. Em depoimento datado de 26 de Novembro de 1932, Manuel Pereira Ribeiro defende a necessidade do ensino laico para a manutenção da formação do cidadão de bem, condenando a interferência do clero na administração escolar e na estruturação da cidadania:

37 “Eu despertei para a República!”, in: *Portugal Republicano*, 29 de Outubro de 1932, p. 8.

38 “Eu despertei para a República!”, in: *Portugal Republicano*, 29 de Outubro de 1932, p. 8

39 “A Lista Vermelha. Como o anticlericalismo domina os tímidos”, in: *Portugal Republicano*, 12 de Novembro de 1932, p. 4.

A maior necessidade do nosso povo é a instrução. É preciso espalhar escolas para desanuviar os espíritos obcecados pelo clericalismo. A ação que através dos tempos tem exercido o clericalismo e o conservadorismo sobre o povo português, tem feito de muitos, e está fazendo ainda hoje, uma massa ignorante e inconsciente, que chega a fazer revoltar todos aqueles que presam a sua dignidade<sup>40</sup>.

Nas últimas três matérias da série, o discurso dos entrevistados assume um tom mais agressivo. O jornal busca um discurso mais radical, chegando mesmo a afastar-se da temática anticomunista esboçada no texto de Raul Proença no ano anterior. Neste âmbito, as entrevistas retratam demonstrações do descontentamento da população, como o caso da reação de uma filha que viu o corpo do pai ser impedido pelo padre de ser enterrado no cemitério local:

Dias depois, uma filha do falecido, de nome Rosa Leandro, armou em Maria da Fonte. Esperou o padre, que vinha montado numa bicicleta, e com uma pá de forno de um irmão que é padeiro, aplicou uma boa sova no renegado parasita, que com todo o papismo, salazarismo e carmonismo não se livrou da lição<sup>41</sup>.

O ato de revolta, nascido da necessidade de justiça, é o sentimento que, prevalecendo sempre nos personagens apresentados, assume uma dimensão mais cativa e socializante, como no depoimento de Armindo Silva que afirma: — Sim, sou um revoltado. E toda a mocidade expatriada tem por força o ser [...] Revolta contra o Capital, contra o dinheiro que nos faz desterrados da pátria [...]<sup>42</sup>.

Por fim, malgrado os possíveis aliados, o combate ao regime é configurado como um dever genuinamente republicano, tal como afirma o último entrevistado da série, João Martins Baguinho, o único identificado como presença constante no movimento republicano exilado em solo brasileiro:

Não é republicano quem quer. Para o ser é preciso ter princípios e ideias definidas. [...] Aos 19 anos estava filiado no Partido Republicano Português. Tenho combatido todas as ditaduras, porque na minha consciência não cabem essas formas de governo<sup>43</sup>.

40 “Perseguidos e insultados”. *Portugal Republicano*, 26 de Novembro de 1932, p. 3.

41 “Quem são os desordeiros?”. *Portugal Republicano*, 10 de Dezembro de 1932, p. 4.

42 “Mocidade Revoltada. Os exilados da Política são centenas; os desterrados do Capital são milhares”. *Portugal Republicano*, 7 de Janeiro de 1933, p. 4.

43 “O ouro de Salazar é o Sangue do Povo!”. *Portugal Republicano*, 21 de Janeiro de 1933, p. 2.

Em resposta ao inquérito republicano, o *Diário Português*, inicia um inquérito único no jornalismo português pró-regime no Brasil intitulado “Duas Mensagens”. O seu objetivo é “dar” a possibilidade ao emigrante comum de enviar aos representantes do governo de Lisboa, Carmona e Salazar, as sugestões e as mensagens que desejassem:

Todos os portugueses que o quiserem fazer, poderão associar a sua assinatura à mensagem que por intermédio deste jornal será enviada ao Dr. Oliveira Salazar. O que desejaria dizer ao Presidente Carmona, se com ele pudesse falar? Poderá fazê-lo por escrito por intermédio do Diário Português<sup>44</sup>.

As respostas apresentadas na redação do jornal são publicadas entre Agosto e Novembro daquele mesmo ano, oferecendo a esperada sensação da existência de uma ligação real entre a colónia e o novo regime, como atesta a declaração de António Francisco Aranha, emigrado no Rio de Janeiro e natural de Serpins:

Nem sempre nós os portugueses do Brasil temos esta grata satisfação de cumprimentar um Chefe da nossa gloriosa Nação, e é essa a minha intenção ao rabiscar estas modestas linhas. Deus guarde V. Ex<sup>cia</sup> no posto de honra que ocupa<sup>45</sup>.

Este inquérito, que, segundo a direção do jornal, suscita um vivo interesse pela colónia, é apresentado como uma amostra do consenso positivo do regime no meio emigrante português no Rio de Janeiro, em torno da sua solução política implementada pelo novo governo de Lisboa. Dos depoimentos publicados, podemos seleccionar três tipos de argumentações que corroboram esta imagem: o de cunho político, com declarações de elementos das mais diversas facções a favor do regime; o que se destina à utilização prática do canal de contacto que lhes fora supostamente oferecido, dirigindo as mais diversas reivindicações e os mais diversos pedidos de cunho pessoal a Carmona e Salazar; e, por fim, o que se demarca pela “fidelidade” habitual do emigrante comum aos regimes estabelecidos em Portugal. Em todos, temos a menção frequente aos elementos do universo aldeão, como referencial da “Pátria”, e a presença latente de um paternalismo que transforma o depoimento numa espécie de “diálogo”, no qual Carmona e Salazar são tratados, apesar da irreverência de alguns ou da vénia excessiva de outros, como quaisquer outros membros da colónia, como “patrícios”, com os quais cada um possui, portanto, um ponto em comum.

44 *Diário Português*, 4 de Agosto de 1933, p. 1.

45 *Diário Português*, 16 de Setembro de 1933, p. 2.

Das declarações de carácter político, podemos destacar três depoimentos que traduzem a ideia de união e consenso passada pelo regime, já que reúnem elementos politicamente opostos, um republicano, que, nesta hora, configura a oposição mais combatente ao Estado português, e dois posicionamentos extremados, o de um socialista e de um monárquico. Esta tentativa da apresentação da imagem de um “acordo” entre as mais diversas facções políticas em relação ao novo governo português corporiza, de igual forma, o ideal de «unicidade» tão caro à Federação das Associações Portuguesas e ao próprio regime. Assim sendo, ainda que passível de críticas, a legalidade do regime vigente é apresentada como um facto incontestável por todos aqueles que se assumem como «portugueses». A cidadania, que passa pelo reconhecimento da nova ordem vigente, é traduzida na aprovação do regime como a melhor solução para os problemas da «Nação», numa argumentação semelhante à propagada pelo ideário salazarista.

Nos depoimentos seleccionados para publicação são acentuadas as características dos perfis dos declarantes, fornecendo uma maior ênfase e impacto às suas declarações. No caso do republicano, transparece a característica combativa e revolucionária atribuída ao republicanismo, no monárquico, a noção de “renascimento” e da Pátria, e no socialista, o internacionalismo:

Sou profundamente republicano, fui carbonário, peguei em armas a favor e em defesa da República que amo como a minha mãe, e porque sou também português acima de todas as coisas, receba V. Ex<sup>a</sup> o aplauso mais sincero pela sua obra grandiosa. Francisco Duarte Coelho, de São Pedro do Sul<sup>46</sup>.

Sou profundamente monárquico, mas acima do meu ideal político está o amor à Pátria. E é com este sentimento que me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>, felicitando-o pelo que vem fazendo por um Portugal maravilhoso e forte, pedindo a Deus que conserve a preciosa vida de V. Ex<sup>a</sup>, para que do alto posto em que a Nação o colocou, possa ouvir com orgulho: Viva Portugal redivivo! João Pais Loureiro, Silgueiros, Viseu<sup>47</sup>.

Conquanto seja socialista e preferindo que fosse esse o regime vigente em Portugal e no mundo inteiro, não posso deixar de aplaudir o governo honesto como o que V. Ex<sup>a</sup> tem feito na minha terra. Sousa do Prado, Porto<sup>48</sup>.

46 *Diário Português*, 23 de Agosto de 1933, p. 2.

47 *Diário Português*, 7 de Setembro de 1933, p. 2.

48 *Diário Português*, 23 de Agosto de 1933, p. 2.

Para concluir esta série, destacamos o depoimento de um “antimilitarista” que, apesar do seu posicionamento e do carácter inicial do regime, aprova a sua atuação:

Embora ouça dizer que o lugar de militar é na caserna, quero felicitar com ardor o eminente Chefe do Estado da Nação Portuguesa, e formular votos pela continuação do seu proveitoso governo, ao lado do grande restaurador das finanças, o Sr Ministro Oliveira Salazar, orgulho de nossa gente. Joaquim Brito Simões Filho, Arganil<sup>49</sup>.

Uma vez demonstrado o consenso, o passo seguinte é demonstrar o estabelecimento do diálogo, transfigurado nos pedidos de “favores” ao governo, quer sejam eles pessoais, referentes a uma comunidade em Portugal, ou ainda, à própria colónia. Dos casos mais personalizados, temos o destaque para os pedidos de amnistia para os envolvidos nas revoltas da Madeira e dos Açores, em 1931:

Perante V. Ex.<sup>a</sup> que é a mais alta e a mais respeitável figura da Pátria, que lhe deve o seu ressurgir, venho suplicar-lhe que se condoa da situação de uma numerosa família, perdando o Tenente Severo, da Ilha Terceira, que é meu sobrinho. Tenho fé que V. Ex.<sup>a</sup> atenderá este humilde patricio. José da Silveira, Angra do Heroísmo<sup>50</sup>.

Este tipo de “depoimento” torna-se importante quando o regime é posto em causa internacionalmente. Em 1954, após a ocupação dos enclaves coloniais na Índia pelo governo de Nehru, a *Voz de Portugal* publica um depoimento de alguém que concorda com o sacrifício em prol da Pátria, solicitado por Salazar aqueles que estão nas fortificações portuguesas em território indiano. Quem o faz é Herculina Marques de Almeida, uma emigrante fixada na capital, cujo filho, tendo ficado em Portugal, esteve em serviço na colónia indiana. A sua declaração é um aval ao posicionamento assumido pelo governo de Lisboa a ser copiado por toda a colónia:

Não lamento que meu filho ali se encontre. Pelo contrário, peço de joelhos à Virgem de Fátima que lhe dê forças para poder lutar com os seus companheiros para esmagar aqueles que, pela violência, querem tirar-nos aquilo que é nosso<sup>51</sup>.

49 *Diário Português*, 15 de Setembro de 1933, p. 2.

50 *Diário Português*, 18 de Outubro de 1933, p. 2.

51 *Voz de Portugal*, 22 de Agosto de 1954, p. 7

## 5. O coro de outras vozes: as vozes e os apoios locais

As relações entre os periódicos brasileiros e a colônia portuguesa no Brasil sempre existem, para o bem ou para o mal (Ribeiro, 2017). No entanto, com o crescimento da colônia enquanto representante de um comércio próspero e sendo os anúncios comerciais uma fonte de renda para os jornais, esse lado torna-se mais estreito. Assim sendo, nas primeiras décadas do século XX, Portugal e os portugueses do Brasil ganham espaço na imprensa do Rio de Janeiro. É o caso do jornal *A Manhã*, que mantém uma seção intitulada “Página Portuguesa” ou da revista semanal *Careta*, que dedica uma coluna sobre a vida social na colônia.

Por outro lado, com o acirrar dos posicionamentos políticos em Portugal a partir de 1926, os jornais brasileiros assumem posições de apoio ou condenação, de acordo com a sua própria diretriz partidária. Na década de 30, o republicanismo é o grande divisor de águas que leva, nos anos trinta, nomes da política brasileira a participarem em entrevistas nos jornais da colônia, nomeadamente no *Portugal Republicano*. Antigos deputados perseguidos pelo governo de Getúlio Vargas, após a chamada Revolução de 1930, oferecem os seus depoimentos acerca da necessidade da liberdade política em Portugal. São saudados como “amigos de Portugal” e, em alguns casos, a sua presença no movimento antissalazarista no Brasil atravessam décadas. É o caso de José Carlos de Macedo Soares, deputado constituinte eleito em 1933<sup>52</sup>, diretor do jornal *Diário Carioca*, o grande apoiante dos oposicionistas exilados portugueses nas décadas de 40 e 50.

Nos anos quarenta, malgrado a legislação repressiva do Estado Novo brasileiro (Paulo, 1994) alguns os jornais brasileiros acolhem os exilados e publicam os informes em prol da causa dos antissalazaristas. Neste quadro, temos os já citados *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*, e para a década seguinte, jornais como o *Última Hora*, no Rio de Janeiro, e *O Estado de São Paulo*, na cidade do mesmo nome. Cumpre ainda assinalar os jornais pertencentes a determinados grupos de ativistas que também prestam a sua solidariedade aos exilados portugueses, como os anarquistas do periódico *Ação Direta*, fundado pelo anarquista brasileiro José Oiticica, no qual escreve Inocêncio Câmara Pires, opositor vinculado aos “Budás”, e o escritor Tomás da Fonseca.

Nestes anos, malgrado a experiência literária de Jaime Cortesão, que só publica como “historiador” na imprensa brasileira, o “Buda” que consegue inicialmente “entrar” nas redações dos periódicos do Rio de Janeiro é Jaime de Moraes. A sua estreia como cronista é feita no *Diário Carioca*<sup>53</sup>, depois de um primeiro convite fracassado para a publicação de artigos

52 “Dr. Macedo Soares”. *Portugal Republicano*, 4 de Agosto de 1934, p. 8. José Carlos Macedo Soares é irmão de José Roberto Macedo Soares, genro de José Augusto Prestes, do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro.

53 Apesar de ter sido fundado por José Eduardo Macedo Soares, desde 1932 o *Diário Carioca* é dirigido por Horácio de Carvalho Jr., sendo um dos maiores órgãos de intervenção política na história recente do Brasil. Em 1937, alinha

no jornal *A Noite*, fechado pela ditadura de Getúlio Vargas. Apesar de um registo como correspondente do jornal *A Província de Angola*, já mencionado anteriormente, a sua função nos jornais cariocas fica restrita às crónicas. A chamada para a participação no periódico é confirmada em carta por seu companheiro de exílio já no Brasil, Alberto Moura Pinto, mas é possível que a intermediação entre o jornal e o antigo governador da Índia Portuguesa tenha sido feita por José Augusto Prestes, então Presidente do Grémio Republicano Português. De facto, a sua filha única está casada com o diplomata José Roberto Macedo Soares, irmão do antigo diretor do jornal e fundador do periódico, José Eduardo Macedo Soares<sup>54</sup>. Paralelamente ao convite do *Diário Carioca*, Jaime de Moraes é chamado a participar num outro periódico, *Correio da Manhã*<sup>55</sup>, em cuja redação está um dos mais atuantes jornalistas e políticos daquele país, Costa Rego<sup>56</sup>. Como ocorre com o *Diário Carioca*, em 1941, este jornal também abre o espaço das suas colunas para aqueles que possuíam uma postura mais radical em relação aos regimes ditatoriais (Paulo, 2007). Mas Jaime de Moraes não atua sozinho. Neste período escrevem para jornais do Rio de Janeiro outros emigrados e exilados políticos, como o antigo professor da Universidade do Porto, o filósofo Lúcio Pinheiro dos Santos, no mesmo *Diário Carioca*, o escritor Tomás Ribeiro Colaço, no *Correio da Manhã*, e jornalista Novais Teixeira, também no *Diário Carioca*.

Paralelamente, e à medida que o Brasil caminha para o fim da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), as figuras da oposição ganham destaque nos jornais através de entrevistas e participação em atos públicos. Em 1943, o já consagrado historiador Jaime Cortesão é chamado para “batizar” o avião Alexandre de Gusmão e os jornais destacam o seu discurso pleno de evocações à liberdade e à democratização<sup>57</sup>. No ano seguinte, ele é condecorado pelo governo brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração dada a um estrangeiro naquele país<sup>58</sup>. Neste mesmo ano, Jaime de Moraes é entrevistado pelo mesmo jornal e saudado como “um dos mais ilustres democratas portugueses domiciliados no Brasil”<sup>59</sup>. O motivo

---

com o Estado Novo de Vargas, sem, contudo, deixar de lado o cunho de periódico “político” que o caracterizara anteriormente. A partir do início da década de quarenta, com a liberalização da censura, afasta-se da linha do governo, chamando para a sua redação os opositores políticos do regime e os exilados.

54 Em entrevista, a neta de Prestes, Dra. Roberta Prestes Macedo Soares, não descartou a hipótese de tal fato ter vindo a contribuir para a aproximação entre o exilado e o jornal carioca. Entrevista feita em Julho de 2004.

55 Fundado em 1911, por Edmundo Bettencourt, este jornal possui uma longa tradição de defesa dos ideais democráticos, tendo sido o primeiro a denunciar o golpe que implantaria o Estado Novo no Brasil. No entanto, durante a ditadura, o periódico consegue manter a regularidade da sua circulação, graças à capacidade dos seus articulistas de “escamotear” os artigos de cunho político fazendo-os passar pela censura do regime.

56 Para além de jornalista, Pedro da Costa Rego foi secretário da agricultura (1912), deputado federal (1915-17, 1918-20, 1921-23), governador (1924-28) e senador (1929-30 e 1935-37), sempre pelo seu estado natal, Alagoas. Esteve 50 anos neste jornal, tendo sido o criador da primeira cátedra brasileira de jornalismo.

57 “Afundou o olhar nos séculos vindouros e pressentiu o destino de sua Pátria”. *Diário da Noite*, 18 de Novembro de 1943, p. 8.

58 A notícia é divulgada em diversos periódicos, entre eles, o *Correio da Manhã*, 26 de Novembro de 1944, p.2.

59 “Legislação especial para os portugueses”. *Diário Carioca*, 11 de Abril de 1944, p.3.

da entrevista, a propalada igualdade de direitos a ser concedida pelo governo brasileira aos portugueses residentes no país, leva também ao depoimento de outros nomes da oposição. Francisco Dores Gonçalves<sup>60</sup> e Joaquim Novais Teixeira confirmam o apego do emigrante e do exilado ao país de acolhimento, afirmando o “amor à terra” brasileira e o agradecimento pelo acolhimento recebido<sup>61</sup>. No ano seguinte, já com a guerra no seu término e o fim do Estado Novo brasileiro bem próximo, é a vez de Lúcio Pinheiro dos Santos expor em entrevistas as razões pelas quais o “fascismo não poderá sobreviver em Portugal”<sup>62</sup>.

Em contrapartida, as acusações feitas pela oposição contra o regime de Salazar e a sua ligação aos nazi-fascistas ganham uma maior dimensão no clima de suspeição vivenciado no Brasil de então. O jornal *Diário Carioca* inclui na sua série “A História da Espionagem Nazista no Brasil”, uma grande matéria a respeito de um jornalista português espião do regime de Hitler no Brasil. Manuel de Almeida e Marques, “membro da Legião Portuguesa”, teria sido descoberto ao ser interceptada uma carta cifrada a ser enviada para Portugal, afirmando a existência de um plano para contactos de rádio difusão com a Europa. Apesar deste conteúdo dúbio e graças à ação do Serviço Secreto Britânico, a Polícia de Ordem Política e Social brasileira apreendeu um rádio transmissor na casa do jornalista, o que deu corpo à denúncia. Atuando como representante dos periódicos portugueses *A voz*, *Diário de Coimbra* e *O Estoril*, o “agente do Eixo” acaba por ser preso e afirmar que a sua verdadeira missão era “vigiar os exilados políticos portugueses”. A reportagem enfatiza a inabilidade do “espião” em manipular o rádio e passar as suas mensagens e, longe de acentuar a ação de vigilância do regime de Salazar com relação aos seus opositores no exílio, trata de garantir a imagem do “espião fascista” que, “se tivesse certo preparo na arte da espionagem, poderia ter feito um trabalho diabólico visando a segurança do Brasil e dos nossos aliados”<sup>63</sup>. A oposição obtivera um ponto contra o salazarismo<sup>64</sup>.

De fato, a relação dos articulistas portugueses com o meio jornalístico tem como principal consequência o que há muito era esperado pelos opositores antissalazaristas: a solidariedade de brasileiros para com a luta dos opositores. A propaganda “oficiosa” do salazarismo é alvo de inúmeras críticas por parte dos jornalistas democratas, apoiantes do combate promovido pelos exilados contra o regime de Lisboa. O espaço dado à oposição portuguesa nos periódicos brasileiros é gradativamente ampliado e a oposição consegue alguns trunfos quando o periódico *Diretrizes* apresenta um retrato negativo do novo embaixador de Portugal,

60 *Diário Carioca*, 16 de abril de 1944, p.3.

61 Citação de Novais Teixeira no *Diário Carioca*, 12 de Abril de 1944, p.3

62 *Diário Carioca*, 24 de Fevereiro de 1945, p.2.

63 “A História da espionagem nazista no Brasil”. *Diário Carioca*, 12 de Novembro de 1944, p. 1 do Segundo Caderno.

64 O nome de Manuel de Almeida e Marques não aparece referenciado em nenhum Arquivo, mas no *Diário Oficial da União* há a menção da concessão da licença de jornalista dada pelo DIP (*Diário Oficial da União*, Seção I, 26 de Fevereiro de 1942, p. 2883).

Pedro Teotónio Pereira<sup>65</sup>. Na edição do dia 31, onde é publicada uma fotografia na qual o diplomata aparece fardado ao lado de Salazar, o novo representante de Lisboa é apresentado como “o Rodolf Hess Português”:

Como bom diplomata fascista, o agente salazarista fez entrega à polícia política de Franco de centenas de refugiados espanhóis, que procuraram asilo em Portugal sob o pretexto de serem comunistas ou democratas perigosos à paz interna, para serem fuzilados além fronteira<sup>66</sup>.

Nos anos seguintes, o panorama da oposição no Brasil e do próprio jornalismo é bastante diferente (Abreu, 1996). Apesar da continuidade de alguns dos elementos mais antigos, como Colaço e as suas denúncias contra a “cruza fascista”<sup>67</sup>, novos articulistas aparecem e a oposição portuguesa ganha ainda mais espaço em jornais de vanguarda. Cresce a publicitação dos eventos coordenados pelos exilados e a publicação de textos de combate ao salazarismo, escritos ou não por portugueses. Aos tradicionais jornais apoiantes, temos na década de cinquenta novos periódicos como a *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* que vão dedicar inúmeros espaços nas suas edições aos críticos do salazarismo, sejam eles portugueses ou brasileiros.

No *Diário de Notícias*, um dos mais velhos defensores dos antissalazaristas, a presença na redação de Osório Borba, um antigo aliado dos republicanos exilados, e, a partir de 1955, de Paulo de Castro, confirma a continuidade do periódico como representante da combatividade dos exilados contra o governo de Salazar. Para além de entrevistas e declarações dos opositores exilados, o seu noticiário acompanha os principais movimentos de contestação em Portugal e da oposição no Brasil, como a chegada de Humberto Delgado e a sua receção no Rio de Janeiro<sup>68</sup>.

Sendo um dos jornais com maior sucesso na década de 50, o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, é um dos grandes apoiantes da oposição antissalazarista desde a sua fundação, em 1951 (Fidelis, 2017). Colaborava neste periódico Tomás Ribeiro Colaço que, apesar da sua postura pró-monárquica, dividia o espaço na publicação com comunistas e socialistas brasileiros. O seu próprio fundador havia sido obrigado a buscar o exílio durante o Estado Novo de Vargas, mas contraditoriamente a fundação do jornal vai coincidir com o retorno e o apoio da volta democrática de Getúlio Vargas ao poder.

65 O jornal *Diretrizes* é fundado no final dos anos trinta, tendo entre os seus colaboradores, nos anos quarenta, o poeta Vinícius de Moraes.

66 “Quem é o novo embaixador de Salazar, considerado o Rodolf Hess português”. *Diretrizes*, 31 de Outubro de 1945, p. 2.

67 Colaço, T. R. “Hora de Luto para a Cultura Portuguesa”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 de Junho de 1947, p. 2. O artigo trata do despedimento sumário de 21 professores universitários levados a cabo pelo regime.

68 A primeira página do *Diário de Notícias* de 23 de Abril de 1959 é inteiramente dedicada à chegada de Delgado ao Rio de Janeiro e às reações dos opositores e populares.

Durante a candidatura de Humberto Delgado, o *Última Hora* publica diversas reportagens sobre os comícios realizados em Portugal, acentuando sempre o carácter repressivo do regime diante das manifestações populares de apoio ao candidato “da oposição”<sup>69</sup>. As acusações contra o regime não se prendem somente ao aparelho repressor, mas também às tentativas do Estado de denegrir a imagem dos oposicionistas<sup>70</sup>. Com a ida do General para o Brasil, o jornal passa a dedicar um maior espaço à oposição e às suas atividades. Samuel Wainer em pessoa é o responsável pelo grande apoio e publicidade dada ao sequestro do avião da TAP, em 1960, aquando da chegada do grupo da Operação Vagô ao Brasil. E, entre os dias 12 e 14 de Janeiro de 1963, o jornal denuncia a presença da repressão salazarista no Brasil, “o longo braço de Salazar” que impediu a concessão de passaportes aos opositores do regime como Casais Monteiro, Paulo de Castro, Tito de Moraes, Miguel Urbano Rodrigues, Vítor da Cunha Rego, Rui Luís Gomes e outros<sup>71</sup>.

O apoio dado aos oposicionistas exilados pelo jornal *Luta Democrática* representa uma das mais inusitadas alianças da oposição exilada no Rio de Janeiro. O seu diretor é uma figura muito polémica do cenário político da então capital federal, o deputado da União Democrática Nacional (UDN), Tenório Cavalcanti, conhecido por usar uma capa preta e portar uma metralhadora, a “Lurdinha”<sup>72</sup>. Ele fundou o periódico em 1954, onde manteve uma coluna “Escreve Tenório Cavalcanti”, na qual defendia reivindicações populares (Beloch, 1986). No início da década de 60, após o rompimento de Tenório com o seu antigo companheiro na UDN e então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, o jornal passa aproxima-se da oposição exilada. Textos de jornalistas brasileiros, como Paulo Motta Lima<sup>73</sup>, ou de supostos panfletos distribuídos em Portugal pelos opositores antissalazaristas<sup>74</sup>, assim como

69 Ver, entre outros, “Lisboa: dissolvida a tiros manifestação oposicionista”, *Última Hora*, 17 de Maio de 1958, p. 4.

70 Em resposta à notícia do dia 17 de Maio, o jornal publicita no dia 20, uma outra notícia na qual culpabiliza o regime pelos distúrbios noticiados anteriormente. “Lisboa: Governo provoca as desordens para suprimir campanha eleitoral”, *Última Hora*, 20 de Maio de 1957, p. 4.

71 *Última Hora*, 12 de Janeiro de 1963, p. 4.

72 *Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque* (1906-1987). Natural de Alagoas, muda-se para o Rio de Janeiro, ainda jovem. No ano seguinte, fixa-se numa fazenda no município de Duque de Caxias dando início a sua trajetória como proprietário de terras e homem violento. Foi deputado federal e vereador no período anterior ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Nos anos seguintes, Tenório esteve envolvido em rixas armadas. Em 1945, Tenório filia-se à União Democrática Nacional (UDN), tendo sido eleito deputado estadual em 1947 e novamente em 1950, 1954 e 1958, sendo nestes dois últimos mandatos o deputado mais votado no pleito eleitoral. Ardoroso combate de Vargas foi também um opositor ao periódico *Última Hora*. Esteve envolvido em casos de assassinatos não sendo nunca preso. Neste ínterim, rompe com o então companheiro de Partido, Carlos Lacerda, vinculando-se ao Partido Social Trabalhista (PST). Com a eleição de Lacerda, passa a combatê-lo através do jornal. Apoiante de João Goulart, teve o seu mandato de deputado cassado pela ditadura militar. Figura popular e contraditória, Tenório faz parte da história local do Estado do Rio de Janeiro.

73 Ver, entre outros, Lima, Paulo Motta. “O dever de solidariedade a Galvão”. *Luta Democrática*, 4 de Fevereiro de 1961, p. 5. Paulo Motta Lima trabalhou em diversos jornais no Rio de Janeiro, nomeadamente no *Diário Carioca*, de Macedo Soares, periódico que apoia os exilados republicanos, assim como no *Última Hora*.

74 Ver, entre outros, Rodrigues, J. “O que o povo canta em Portugal: Ordem de Ataque”. *Luta Democrática*, 31 de Janeiro de 1960, p. 4.

entrevistas de exilados estão presentes nas páginas do periódico<sup>75</sup>. No entanto, o apoio de Tenório Cavalcanti aos opositores não estaria restrito somente aos artigos no seu jornal. Segundo Amândio Silva, ele teria sido o responsável pela impressão de um panfleto de denúncia do regime de Salazar, distribuído no jogo amistoso Portugal-Brasil, em 9 de Maio de 1962<sup>76</sup>.

Um outro periódico que merece destaque é o *Semanário*, do Rio de Janeiro, editado a partir de 1956, e que tem como o seu director-secretário, Joel Silveira, jornalista que participou no periódico *Libertação*, órgão da oposição exilada luso-espanhola. Defensor de um “nacionalismo de esquerda”, o jornal conta com a participação de intelectuais brasileiros de renome como Nelson Werneck Sodré e Barbosa Lima Sobrinho, ambos vinculados ao Partido Socialista Brasileiro. Os seus ataques ao regime de Salazar são constantes, acusando a imprensa que o defende de mentir ao apresentá-lo como “um grande estadista”<sup>77</sup>.

Tal como o *Correio da Manhã* ou o *Diário Carioca* nos anos 40, o *Semanário* vai contar com colunas assinadas por exilados ou emigrados políticos. Para além do que tem Francisco Cachapuz (Paulo de Castro), um antigo combatente da Guerra Civil com articulista semanal, ele é o único periódico que mantém a colaboração frequente de dois cronistas portugueses que participam do movimento antissalazarista no Brasil: Fernando Queiroga, que capitaneou a Revolta da Mealhada, em 1946, e a escritora Maria Archer.

O primeiro publica uma série de artigos que vão desde a edição de 1957, quando publica um artigo sobre a aliança de Franco e Salazar, até à edição de 6 a 12 de Agosto de 1960, quando termina a sua participação no periódico com um artigo sobre Angola<sup>78</sup>. Já Maria Archer publica o seu primeiro texto na edição seguinte, prosseguindo nas publicações até 1963<sup>79</sup>. Para além destes dois oposicionistas, há que assinalar a presença no jornal de opositores que concedem entrevistas sobre a realidade portuguesa, como Luís Carvalhal aquando das eleições de 1958<sup>80</sup>, e o então Padre Alípio de Freitas que, como cronista, aborda a questão do regime salazarista, mas sempre a partir de uma visão comparativa com a realidade brasileira<sup>81</sup>.

Nesse quadro de periódicos, ainda que fora da cidade do Rio de Janeiro, já em São Paulo, cumpre ressaltar o papel do jornal *O Estado de São Paulo*, fundado em 1875. Conhecido

75 “Portugueses falam à Luta Democrática sobre o sensacional caso do Santa Maria”. *Luta Democrática*, 26 de Janeiro de 1961, p.5.

76 Depoimento de Amândio Silva à autora em 14 de Abril de 2008, Rio de Janeiro, Brasil.

77 Silveira, Joel. “Carta ao Leitor”. *Semanário*, 20/27 de Setembro de 1956, p. 2.

78 Ver: Queiroga, F. “Angola: uma nova Argélia”. *Semanário*, 6 a 12 de Agosto de 1960, p.4. Este artigo foi enviado pelo autor de Genebra, Suíça.

79 Ver: Archer, M. “Carta Aberta a sua Majestade Britânica Isabel II”. *Semanário*, 1 /8 de Agosto de 1957, p. 6

80 Carvalhal, L. “A Revolução Continua”. *Semanário*, 26 de Junho a 3 de Julho de 1958, p. 10.

81 Ver, entre outros, Freitas, A. “Vitorino e Salazar”. *Semanário*, 1 a 8 de Março de 1961, p.4. Este artigo faz uma comparação entre Salazar e as figuras de Plínio Salgado (1895-1975), figura de relevo no integralismo brasileiro e então deputado federal pelo Partido de Representação Popular de São Paulo, e de Vitorino Freire (1908-1977), Senador pelo Partido Social Trabalhista representante do Estado do Maranhão, que se posicionaram contra qualquer ajuda ao grupo do Santa Maria.

pela defesa dos ideais democráticos, o periódico esteve sob intervenção do governo entre 1940 e 1945. Após este período, a sua direção é devolvida ao seu antigo dono, Júlio de Mesquita Filho. Nos anos cinquenta, ele acolhe diversos membros da oposição portuguesa na sua redação, como Miguel Urbano Rodrigues e Henrique Galvão, a quem é instituído um salário e um cargo fictício para a garantia da sua subsistência.

Para além dos jornais, a oposição consegue espaço nas revistas de grande circulação (Andrade e Cardoso, 2001). É o caso da revista *O Cruzeiro* que publica uma carta com um pedido de ajuda de Iva Delgado endereçada ao presidente Juscelino Kubitschek<sup>82</sup>, ou ainda, da revista *Manchete* que veicula uma reportagem fotográfica intitulada “Cinco Intelectuais formam a trincheira da resistência”, sobre a vida dos exilados Paulo de Castro, Ribeiro Colaço, Fernando Queiroga, Adolfo Casais Monteiro e Garland de Sousa<sup>83</sup>.

No entanto, para cada matéria publicada contra o regime, há uma resposta por parte da imprensa mais conservadora. A propaganda favorável ao governo de Salazar levada a cabo pela colónia portuguesa conservadora e por determinados sectores da imprensa, como o grupo do *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, ou ainda, pelo jornal *O Globo*, de Roberto Marinho, chega a contar com o “patrocínio” do Centro de Turismo, localizado no Rio de Janeiro.

As benesses oferecidas por Lisboa aos jornalistas brasileiros para que publicassem matérias favoráveis ao regime são objetos de ataques por parte da imprensa democrática brasileira. Os articulistas vinculados aos exilados denunciam as propostas de subornos das representações portuguesas aos periodistas:

A odiosa forma ditatorial de denegrir os adversários e tentar semear entre eles a desconfiança e a insana, descambou para o cómico ao dizer o chefe de Polícia que os da Resistência não deviam acreditar nesses jornalistas brasileiros, que vinham combatendo o salazarismo, pois quase todos eles já emudeceram a golpes de caixas de vinhos portugueses. [...] Quanto a mim, as minhas caixas se extraviaram. [...] Mas se a polícia portuguesa deseja que eu seja mais assíduo no comentário das coisas portuguesas, seja mais assídua nas perseguições a homens, livros e jornais. E sobretudo mandem vinhos. Prometo escrever contra o salazarismo, um artigo por garrafa. E não se esqueçam: tinto maduro<sup>84</sup>.

Na redação do *Última Hora*, Paulo Silveira, editor do jornal, também denuncia as pressões exercidas pelas autoridades portuguesas sobre os órgãos de imprensa favoráveis aos exilados. A profusão de detalhes acerca da movimentação da oposição em Portugal leva os

82 Ver: *O Cruzeiro*, 21 de Fevereiro de 1959.

83 Recorte da revista em posse da família de Francisco Cachapuz. Sem data.

84 Borba, Osório. “Tinto Maduro” in: *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 de Julho de 1953, p. 6. Osório Borba é deputado do Partido Socialista Brasileiro, tendo sido candidato às eleições como governador do Estado de Pernambuco.

representantes portugueses no Brasil a solicitarem aos jornalistas que esclareçam a origem das notícias, nomeando os responsáveis pelas informações. Tal postura é denunciada com veemência numa declaração de solidariedade para com os colegas lusitanos:

E segue o papel sujo nesta linguagem de alcouce e nos lança (fossemos ingénuos!) um desafio: que apontemos os nomes dos nossos informantes em Lisboa...Seria como entregá-los à PIDE, para as clássicas torturas no Aljube ou no Limoeiro [...]

Não, positivamente não declararemos aqui, os nomes dos nossos correspondentes portugueses, jornalistas corajosos que jogam, em lances dramáticos, todos os dias, as próprias vidas, a fim de enviar para o Brasil notícias que tanto incomodam Salazar e seus escribas<sup>85</sup>.

A implantação da ditadura militar em 1964 muda o jogo político e amordaça a imprensa brasileira. No dia 26 de Abril de 1974, alguns periódicos chegam a estampar a imagem dos tanques em Lisboa, já que a presença de militares ilibava o conteúdo revolucionário então pouco conhecido. No entanto, o evoluir dos acontecimentos em Portugal acaba por desaparecer da imprensa brasileira nos anos seguintes.

### **Conclusão: a voz do dono que gostava do dono da voz...**

Deus deu ao dono os dentes

Deus deu ao dono as nozes

Às vozes Deus só deu seu dó

(Chico Buarque, *A voz do Dono*, 1981).

O salazarismo não promove nenhum recurso à propaganda oficial do regime no exterior. Nisso é diferente do regime de Mussolini, que procurara agir de forma concreta junto das comunidades italianas no exterior, criando organismos próprios para a divulgação do ideário fascista (Diggins,1982). Durante o período considerado, a sua ação é indireta, procurando agir junto as autoridades brasileiras para cercear a liberdade da imprensa portuguesa naquele país e, por vezes, usar de subterfúgios como o suborno de jornalistas para a publicação de notícias favoráveis ao Estado Novo (Paulo, 2007, 2019). Somente em 1959, e mesmo assim atuando ao nível da então capital do Brasil, é criado o Centro e Turismo, vinculado a Embaixada de Portugal, voltado exclusivamente para a propaganda do país, nomeadamente

85 Silveira, Paulo. "Salazar troca sorrisos com a princesa e manda torturar os democratas". Última Hora, Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1959, p. 4.

através do turismo e de incentivos como os já citados para os jornalistas, agora de forma legal, e a atribuição de bolsas de estudos a alunos brasileiros.

No entanto, a sua principal atuação é centrada na exploração de elementos já existentes na própria colónia, limitando-se a divulgar comunicados oficiais e a poucas emissões radiofónicas, sobretudo nos anos trinta. Nas décadas seguintes, nomeadamente nos anos cinquenta, quando das primeiras incursões indianas para a recuperação dos territórios ocupados pelos portugueses, a atuação da propaganda oficial torna-se um pouco mais intensa, com um maior número de comunicados na imprensa periódica da colónia. A Federação das Associações Portuguesas, e os meios de comunicação que a representam, são os principais e os melhores “executores” da propaganda salazarista entre os “patrícios” no Brasil.

De facto, a existência de um “campo comum” une brasileiros e portugueses, favoráveis e opositores aos autoritarismos, defensores ou resistentes ao regime de Salazar (Sapiro, 2013). Nomeadamente no caso dos exilados, a sua causa transforma as similaridades ideológicas e culturais em “batalhas” em causas “universalistas” a serem travadas para além dos locais de pertença e dos sentimentos nacionais. Neste quadro é que se configuram a ligação entre os republicanos exilados e os membros do Partido Socialista Brasileiro, a partir do final da Segunda Guerra, e entre os intelectuais exilados da década de cinquenta/sessenta com os escritores e jornalistas brasileiros, entre membros do Partido Comunista Português e comunistas brasileiros.

Assim sendo, há uma espécie de jogo de espelhos no qual ideologias similares, defendidas em diferentes pontos do planeta, conseguem conjugar-se em torno de um ideal comum. No caso dos exilados, eles são chamados a colaborar nos periódicos não só pela formação intelectual que possuem, mas também pelo seu posicionamento político. É assim que no Brasil da década de quarenta, eles frequentam os meios jornalísticos que estarão na vanguarda do movimento de contestação ao Estado Novo de Vargas e se tornam próximos de políticos que marcarão o retorno da democracia ao território brasileiro. É assim que a nomeação pelo *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, de José Domingues dos Santos, antigo líder da Esquerda Republicana, para ser o seu correspondente em Paris, evidencia a afinidade ideológica entre o jornal e o resistente exilado em França. Entre 1946 e 1954<sup>86</sup>, ele é responsável por uma coluna semanal intitulada “Crónicas de Paris”.

Por outro lado, enquanto os “promotores” do regime português no Brasil contam com as “benesses” do governo de Lisboa, os exilados são “beneficiados” pelas rixas políticas internas do país de acolhimento. Um exemplo: a briga política entre setores da UDN, nomeadamente as desavenças criadas por Carlos Lacerda, ele próprio favorável ao regime salazarista,

---

86 Fundado em 12 de Junho de 1930, pelo jornalista Orlando Ribeiro Dantas, este periódico tem, entre os seus colaboradores, alguns dos mais ativos simpatizantes da oposição portuguesa, como é o caso do deputado Hermes de Lima e do Embaixador Álvaro Lins, diretor do seu Suplemento Literário entre 1961 e 1964.

abrem portas para os opositores nos jornais “anti-lacerdistas”, como é o caso do *Última Hora* ou da *Luta Democrática*<sup>87</sup>.

Em conclusão, durante o período ditatorial em Portugal, a imprensa da colónia portuguesa no Brasil reflete o jogo político interno do país de origem e do país de acolhimento. De Portugal, vem o apoio e, por vezes, benesses para os seus defensores. No Brasil, a liberdade em períodos de democracia favorece os que combatem o regime de Lisboa. Neste quadro, falando em nome do regime ou dos seus opositores, esta imprensa busca o apoio dos emigrantes e da sociedade brasileira, ampliando assim o alcance das vozes que representa, quer daqueles que calavam vozes, quer daqueles que não tinham voz em território português.

---

87 Ver, por exemplo, a afirmação de Tenório Cavalcanti no editorial da *Luta Democrática*, “Há um louco no volante”: “O Sr. Carlos Lacerda é um discípulo fervoroso de Salazar, o ditador português”. *Luta Democrática*, 14 de Janeiro de 1961, p. 3.

### Referências bibliográficas

- Abreu, A. A. (org.). (1996). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Fundação Getúlio Vargas.
- Albuquerque, A. & Silva, M. A. R. (2007). Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. *E-Compós*, 9, 1-30.
- Andrade, A. M. R., & Cardoso, J. L. R. (2001). Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*, 2(41), 243-264. Doi: 10.1590/S0102-01882001000200013.
- Beloch, I. (1986). *Capa preta e lurdirinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Record, 1986.
- Diggins, J. (1982). *L'America, Mussolini e il fascismo*. Laterza.
- Eliade, M. (1986). *O Mito do Eterno Retorno*. Estampa.
- Fidelis, T. (2016). Sensacional, mas não sensacionalista: a criação do jornal Última Hora. [http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1468249944\\_ARQUIVO\\_TextoCompletoANPUH2016.pdf](http://encontro2016.mg.anpuh.org/resources/anais/44/1468249944_ARQUIVO_TextoCompletoANPUH2016.pdf).
- Ginzburg, C. (1995). *História Nocturna. Uma decifração do sabat*. Relógio d'Água.
- Matos, M. I. (2020). Exílios e Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil. O jornal Portugal Democrático: questões e debates (1958-1977). In: H. Paulo, A. Pena-Rodriguez, C. Clímaco, & E. Coraza de los Santos, *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. (pp.125-147). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paulo, H. (1994). *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Minerva.
- Paulo, H. (2007). O jornalismo como alternativa. Os exílios e a sua colaboração nos jornais brasileiros. *Estudos do Século XX*, 7, 61-76.
- Paulo, H. (2019). *Salazar no Brasil*. Amazon, E-book.
- Ribeiro, G. S. (2017). *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas — O antilusitanismo na Primeira República*. Eduff.
- Rodrigues, M. U. (2002). *O tempo e o Espaço em que vivi. I. Procurando um caminho*. Campo das Letras.
- Sapiro, G. (2013). Le champ est-il national ? La théorie de la différenciation sociale au prisme de l'histoire globale. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 200, 70-85. Doi <http://doi.org/10.3917/arss.200.0070>.
- Silva, D. M. (2006). *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. ICS.
- VV. AA. (2001). *Correio da Manhã — compromisso com a verdade*. Prefeitura do Rio de Janeiro.
- VV.AA. (2003). *Diário Carioca: O máximo de jornal no mínimo de espaço*. Secretaria Especial de Comunicação Social.